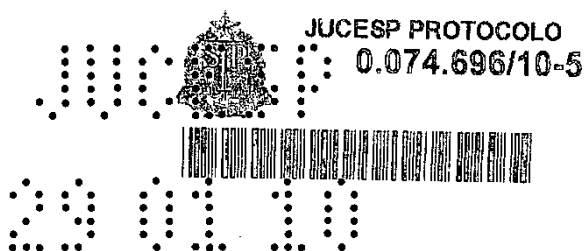


74552068000110



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA CPQ BRASIL  
S.A.**

ENTRE

**CPQ BRASIL S.A.,**  
*como Emissora,*

E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.,**  
*na qualidade de Agente Fiduciário*

\_\_\_\_\_  
Datada de

15 de janeiro de 2010  
\_\_\_\_\_

1  
Two handwritten signatures are present in the bottom right corner of the page.

74552068000110

JUL 29  
2010

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA CPQ BRASIL S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

CPQ BRASIL S.A., sociedade com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Rodovia Akzo Nobel, n.º 2.250, Bairro São Roque da Chave, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 74.552.068/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado, como agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora (“Debenturistas”), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como “Partes”, e individualmente e indistintamente como “Parte”;

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real da CPQ Brasil S.A.” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de janeiro de 2010 (“AGE”), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

JUCESP

29 01 10

CLÁUSULA II

REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão e suas garantias será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal "O Dia", nos termos da legislação em vigor.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Os Instrumentos de Garantia, conforme definidos abaixo, serão registrados nos registros de títulos e documentos da sede das Partes.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

JUL 30

29 01 10

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Investidor Qualificado"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no item 2.5.1 abaixo.

2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO.

2.5.1. A presente Emissão atende aos limites previstos na alínea "a" do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o volume da Emissão não ultrapassa 80% do valor dos bens gravados como garantia real na Emissão, representada pela totalidade das ações de emissão da Companhia que foram alienadas fiduciariamente em favor dos Debenturistas. Tomando como base: (i) o valor por ação da Garuda S.A. (na época, *holding* pura detentora de 70% do capital social da Emissora) ("Garuda") obtido no leilão aberto ao público realizado no Mercado de Balcão Organizado (SOMA) da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em 2 de dezembro de 2009 ("Leilão"), no montante de R\$68.931.554,44 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos); e (ii) descontando-se o valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) referentes à Nota Promissória Comercial da primeira emissão da Arthemina Participações S.A. (sociedade incorporada pela Emissora), atribui-se o valor de R\$58.473.649,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e nove reais) para as ações da Emissora alienadas fiduciariamente em garantia aos Debenturistas.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

JUL 2009  
29 01 10

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 40 (quarenta) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora, exclusivamente, para o pagamento da Nota Promissória Comercial da primeira emissão da Arthemina Participações S.A., no valor total de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sociedade que foi incorporada pela Emissora em 31 de dezembro de 2009. Os recursos captados pela Nota Promissória Comercial foram utilizados para financiar a aquisição da totalidade das ações da Emissora de titularidade da Garuda, por meio do Leilão.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.6.1. O banco mandatário da Emissão das Debêntures é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

JUL 29  
19 01 10

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

JUL 19

29 01 10

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de janeiro de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme descrição do item 4.6 abaixo.

4.6. GARANTIAS REAIS

As Debêntures terão as seguintes garantias ("Instrumentos de Garantia" ou "Garantias"):

(i) Garantia Real para fins de atendimento da alínea "a" do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações: alienação fiduciária em garantia de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, incluindo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital da Emissora (inclusive em razão da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado pelo Banco Standard de Investimento S.A. ("AFAC") contabilizado no balanço patrimonial da Emissora), nos termos do



74552068000110

JUCESP

29 01 10

“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, firmado pela MCN Participações e Empreendimentos S.A., o Sr. Marcelo Di Lorenzo, o Banco Standard de Investimento S.A., o Agente Fiduciário e a Emissora; e

(ii) Garantia Real Adicional: cessão fiduciária de certos direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos dos Contratos de Franquia e Contratos de Fornecimento, observados os termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de banco depositário dos recebíveis.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme definida abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.8. PRazo DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de janeiro de 2015, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.12. abaixo, ou de resgate antecipado das Debêntures, conforme as hipóteses previstas nos itens 4.14. e 4.15 abaixo (“Data de Vencimento”).

4.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 48 (quarenta e oito) parcelas consecutivas, a partir do 12º mês a contar da Data de Emissão, exclusive, observados os termos do item 4.11. abaixo, de acordo com o cronograma estabelecido no Anexo I desta Escritura de Emissão (“Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário”).

4.10. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES



JUCESP

29 01 10

4.10.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes a taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescido de uma sobretaxa de 4,2500% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) a.a., base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula (“Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário, no caso do 1º (primeiro) Período de Capitalização, conforme definido adiante, ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI - Over com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

JUCESP

29 01 10

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$n_{DI}$  = Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

$dk$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

FatorSpread = Spread ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$k = 1, 2, \dots, n;$

74552068000110

JUL 09  
29 01 10

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$Spread = 4,2500$ .

$n$  = É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

4.10.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

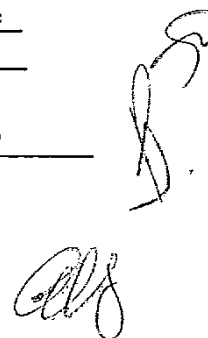
#### 4.11. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.11.1. O pagamento da Remuneração e a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão feitos da seguinte forma:

(i) a Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, no dia 22 (vinte e dois) de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 22 de fevereiro de 2010 e assim sucessivamente por mais 59 (cinquenta e nove) pagamentos, observado que o último pagamento da Remuneração será na Data de Vencimento das Debêntures (“Datas de Pagamento de Remuneração”); e

(ii) a amortização do Valor Nominal Unitário será realizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais de acordo com o cronograma constante do Anexo I desta Escritura.

4.11.1.1 As Datas de Pagamento de Remuneração e as Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário serão coincidentes.



JUL 29 01 10

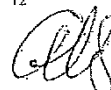
4.11.1.2. Fará jus à Remuneração o Debenturista (i) que assim conste nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP, em ambos os casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que ao final de um dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento figurar como titular deste ativo.

4.11.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDIk a que se refere o item 4.10.1 acima, a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DIk que seria aplicável.

4.11.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência da Taxa DI") contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros a que se refere o item 4.10.1 acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.11.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, a referida Assembléia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração .

4.11.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora



JUL 19

23 01 10

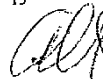
optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, a alternativa escolhida (para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora):

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures poderá ser utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. O referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembléia Geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.11.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

4.12. VENCIMENTO ANTECIPADO

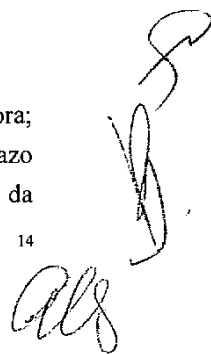


JUCESP

29 01 10

4.12.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) inadimplemento, pela Emissora, da obrigação de pagar a Remuneração e/ou a amortização de Valor Nominal Unitário prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do seu vencimento;
- b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Instrumentos de Garantia não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contado do recebimento de notificação pelo Agente Fiduciário (desde que não haja outro prazo de cura específico já indicado nesta Escritura de Emissão);
- c) inadimplemento, pela Emissora, das demais obrigações pecuniárias prevista nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Instrumentos de Garantia, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do seu respectivo vencimento (desde que não haja outro prazo de cura específico já indicado nesta Escritura de Emissão);
- d) transferência, cessão ou promessa de cessão (desde que tal promessa de cessão produza efeitos enquanto houver Debêntures em Circulação), pela Emissora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora, conforme o caso, estabelecido nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Instrumentos de Garantia, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas;
- e) anulação, nulidade ou inexecutibilidade desta Emissão das Debêntures;
- f) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da



JUL 30

29 01 10

Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou  
(e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

- g) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- h) aprovação de qualquer redução do capital social, recompra de ações, cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, sem a anuência dos Debenturistas, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo econômico da Emissora existente na Data de Emissão;
- i) alteração do controle acionário da Emissora, de modo que ele deixe de ser exercido, de forma compartilhada, direta ou indiretamente, pelo Banco Standard de Investimento S.A. após a capitalização do AFAC (ou qualquer pessoa controlada, controladora ou sob controle comum do Banco Standard de Investimentos S.A. ou para qualquer fundo de investimento administrado e gerido majoritariamente pelo Banco Standard de Investimentos S.A. ou por suas controladas, controladoras ou sociedades sob controle comum) e pelo Alberto Carneiro Neto, exceto nos casos em que a alteração do controle seja previamente aprovada por 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas;
- j) inadimplemento de obrigação pecuniária em valor superior a R\$100.000,00, (cem mil reais) em conjunto ou individualmente, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- k) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora em valor superior a R\$100.000,00, (cem mil reais) em conjunto ou individualmente;
- l) protestos de títulos contra a Emissora em valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em conjunto ou individualmente, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

JUL 29 01 10

- m) descumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora desde que tal inadimplemento cause um efeito adverso relevante na capacidade econômico-financeira da Emissora de cumprir com as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, a critério dos Debenturistas;
- n) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora, em valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em conjunto ou individualmente, exceto depósitos judiciais exigidos no curso normal dos negócios da Emissora. As Partes desde já concordam que o arrolamento dos bens da Emissora no Processo Administrativo nº 13839.001516/2006-64 não configura arresto, seqüestro ou penhora dos bens da Emissora e, portanto, não enseja o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta alínea;
- o) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo o Contrato de Distribuição das Debêntures e esta Escritura de Emissão, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante;
- p) não manutenção, pela Emissora de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- q) proposição contra os acionistas da Emissora e/ou a Emissora ações, execuções ou medidas judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, que, por qualquer modo, comprovadamente afetem as ações outorgadas em alienação fiduciária em garantia das Debêntures ou os direitos creditórios cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, no todo ou em parte, e desde que a Emissora não substitua as garantias comprometidas pela medida judicial ou extrajudicial de forma satisfatória aos Debenturistas, a seu exclusivo critério;
- r) distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Emissora durante o prazo de vigência das Debêntures, exceto se tal distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio tiver a prévia



JUE 3P

29 01 10

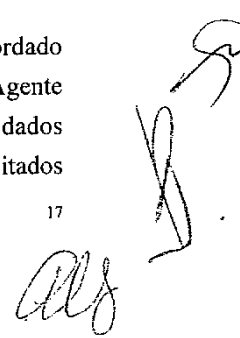
aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, ou, ainda, pagamento, pela Emissora, de valores decorrentes de instrumentos de mútuo ou qualquer forma de distribuição de valores pela Emissora ao Sr. Alberto Carneiro Neto em montante superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou

- s) não observância dos seguintes índices financeiros durante o prazo de vigência das Debêntures, a serem apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, a partir da Data de Emissão (“Índices Financeiros”): razão entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a (i) 3,00 (três inteiros), referente ao exercício social encerrado em 2010; (ii) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), referente ao exercício social encerrado em 2011; e (iii) 2,00 (dois inteiros), referente ao exercício social encerrado em 2012 e em cada um dos exercícios sociais subseqüentes até o encerramento do prazo de vigência das Debêntures, onde:

“Dívida Líquida” significa a somatória dos valores das seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado da Emissora: empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora, que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalente à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante); e

“EBITDA” significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, excluindo-se, em relação ao exercício social pertinente, as despesas não recorrentes decorrentes de aquisições e da presente Emissão, limitados em conjunto ao montante de (a) R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 2010; e (b) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em 2011 e em cada um dos exercícios subseqüentes.

4.12.2. Para fins do disposto na alínea (r) do item 4.12.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados



JUL 09

29 01 10

pelos auditores independentes da Emissora, que deverão ser um dentre os seguintes: Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes, Ernest & Young Auditores Independentes ou PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, em até 100 (cem) dias do encerramento do exercício social, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.12.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (h), (i), (j), (l), (m), (n), (o), (p) e (s) do item 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas, dentro de até 10 (dez) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que este, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, possa deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado da Debênture (“Deliberação sobre Vencimento Antecipado”).

4.12.4. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f), (g), (k), (q) e (r) do item 4.12.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.12.5. A Deliberação sobre Vencimento Antecipado a que se refere ao item 4.12.2 poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da Debênture.

4.12.6. Para fins do item “f” do item 4.12.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.12.6 Os valores constantes do item 4.12.1 serão reajustados pelo IGP-M/FGV entre a Data de Emissão e a data do evento que possa gerar um vencimento antecipado.

JUL 2019

#### 4.13. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

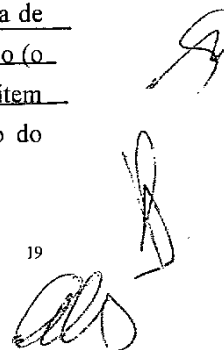
4.13.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.1.

#### 4.14. RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO

4.14.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, a partir do 30º (trigésimo) mês (exclusive) após a Data de Emissão (“Período de Resgate Antecipado”), realizar o resgate antecipado total das Debêntures (o “Resgate Antecipado Obrigatório”).

4.14.2. O Resgate Antecipado Obrigatório somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.20 desta Escritura (a “Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório a ser implementado pela Emissora (a “Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá ser, obrigatoriamente, um dia útil.

4.14.2.1. Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) a menção de que o saldo a amortizar do Valor Nominal Unitário será acrescido da (i) Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate Antecipado (o “Valor de Resgate”) e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os subitem 4.14.3 abaixo; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.



JUL 29

2010

4.14.3 O prêmio de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,03125 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = Prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório e a Data de Vencimento das Debêntures; e

D = 913 (novecentos e treze) dias.

4.14.4. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da realização do Resgate Antecipado Obrigatório.

4.14.5. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Obrigatório se dará mediante depósito a ser realizado pela Instituição Depositária nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.14.6. Não será admitido o resgate antecipado obrigatório parcial.

4.14.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 4.14, serão obrigatoriamente canceladas.

#### 4.15. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.15.1. A qualquer tempo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas

JUL 29

2011

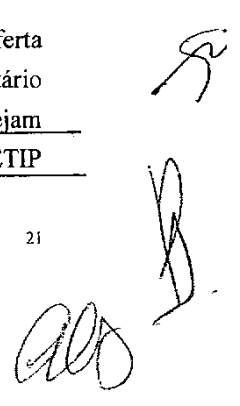
sem distinção ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da intenção de realizar uma Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de um edital no jornal indicado na Cláusula 4.20 abaixo, com as condições da oferta da Emissora, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a Oferta de Resgate Antecipado, e solicitará aos Debenturistas que indiquem sua intenção de aderir à oferta, os quais deverão se manifestar com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a Oferta de Resgate Antecipado ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"). O Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, incluindo: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado será da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total"); ou se será parcial ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio; (ii) o valor do prêmio de resgate; (iii) a forma de manifestação dos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(a.1.) o valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido (i) da Remuneração devida até a data da Oferta de Resgate Antecipado, na forma desta Escritura de Emissão; e (ii) de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, se for o caso;

(b) na data de liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto da Oferta de Resgate Antecipado, conforme manifestação dos Debenturistas, serão liquidadas em uma única data, se for o caso; e

(c) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Bancos Mandatário nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP



JUCESP

29 01 10

deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias uteis de sua realização.

c.1.) no caso da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.15.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

#### 4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

#### 4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

JUL 19

29 01 10

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.21. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção

JUCESP

29 01 10

tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

#### 4.23. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.23.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência da Remuneração prevista nesta Escritura.

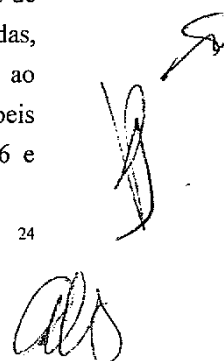
### CLÁUSULA V

#### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, que deverão ser um dentre os seguintes: Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como (ii) demonstrativo de cálculo dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea "s" da item 4.12.1 desta Escritura de Emissão, contendo ainda, declaração de Diretor da Companhia com poderes de representação;
- (ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;





JUL 29  
2010

- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.12 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
  - (iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse do Debenturista, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra “b” abaixo;
  - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$100.000,00 (cem mil reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração);
  - (viii) se for solicitado pelo Agente Fiduciário, laudo de avaliação da garantia real a que se refere a Cláusula 4.6 (i), elaborado por terceiro independente.
- (b) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;

JUL 29

29 01 10

- (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM que lhe for aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (f) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária e Agente Fiduciário;
- (g) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (i) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (j) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos; e
- (k) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

JUL 29

29 01 10

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

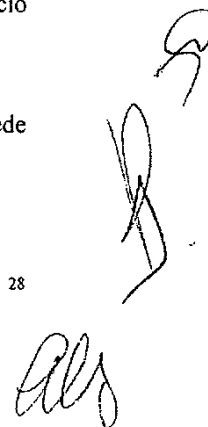
JUL 30

29 01 10

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2 acima, solicitar ao debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



JUL 30

29 01 10

- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM n.º 358”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

**CLÁUSULA VI**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

JUL 19

29 01 10

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (l) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (n) está ciente da regulamentação aplicável.

JUL 29

29 01 10

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devida 10 (dez) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.2 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures, de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou descumprimento das disposições da Escritura de Emissão ou dos Instrumentos de Garantias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) procedimentos adotados para que a Emissora regularize suas obrigações, (iii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures.

6.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M.

6.4.4 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

JUCESP

29 01 10

6.4.5 As parcelas da remuneração referenciadas nos itens 6.4.1 e 6.4.2 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da



JUL 19

29 01 20

Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

JUL 13

29 01 10

- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (x) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) nas dependências do Coordenador Líder, conforme por este indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento

CETIP

29 01 10

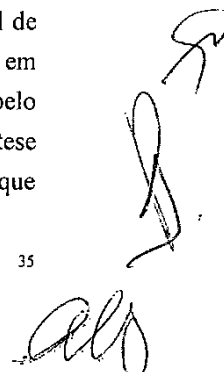
pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que



JUCESP  
29 01 10

representem a maioria das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

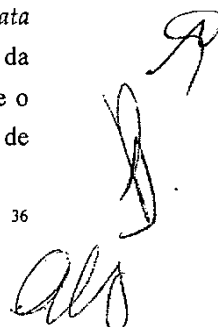
6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas.



JUCESP  
29 01 10

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

**CLÁUSULA VII**  
**ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de seu interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembléias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

WELSP  
29 01 10

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento de Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; e (iv) no quorum de deliberação das Assembléias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.12 (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.2. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.11.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da

JUL 30  
20 01 10

aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**CLÁUSULA VIII**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

JUL 30

20 01 10

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos Instrumentos de Garantia;
- (e) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora; e
- (f) no melhor conhecimento da Emissora, a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversamente relevante a Emissora.

**CLÁUSULA IX**  
**NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**CPQ Brasil S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.894, 12º andar

São Paulo – SP

CEP 01452-000

Tel.: (11) 3897-4704

Fax: (11) 3897-4716

At: Sr. Alberto Carneiro Neto/ Erica Justolin



74552068000110

JUL 29  
29 01 10

E-mail: alberto@cpqbrasil.com.br/ erica@cpqbrasil.com.br

Com cópia para:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 12º andar

São Paulo – SP

CEP01452-000

Tel.: + 55 (11) 3030-4330

Fax : + 55 (11) 3030-4373

At.: Sr. Marcelo Di Lorenzo

E-mail: marcelo.dilorenzo@standardbank.com

Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Av. das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205

Condomínio Downtown – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

At: Gustavo Dezouart

E-mail: Gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

**Banco Itaú S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo – SP

CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a Instituição Depositária:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo – SP

74552068000110

JUL 29 01 10

CEP 04538-132  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fax: (11) 5029-1920  
At: Sr. Luiz Loureiro  
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar

São Paulo –SP, CEP 01009-000

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro –RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, “dia útil” significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

10.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos

JUCESP

29 01 10

Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

#### CLÁUSULA XI

##### FORO

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010.

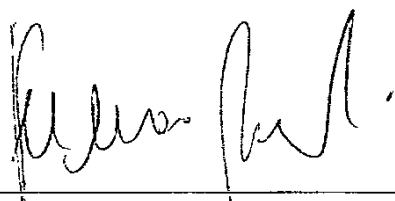
74552068000110

JUCESP

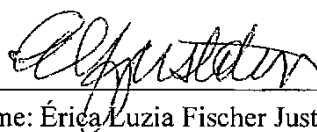
29 01 10

*Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures  
Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da CPQ Brasil S.A.*

**CPQ BRASIL S.A.**



Nome: Fernando Borelli Editore  
Cargo: Diretor Industrial



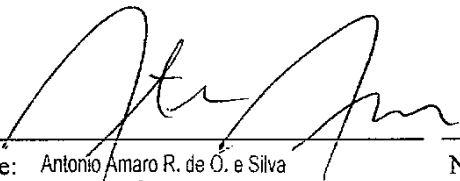
Nome: Érica Luzia Fischer Justolin  
Cargo: Gerente Jurídica/Procuradora

74552068000110

JUCESP  
29 01 10

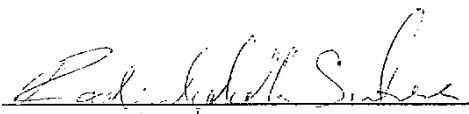
*Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures  
Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da CPQ Brasil S.A.*

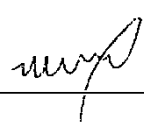
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva  
Cargo: Gerente

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Rodinildo Lemos Santos  
RG: 44933829-7  
CPF: 378.324.918-09

  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: Margareth Virginia Pereira Cunha  
CPF: 108.028.078-28  
RG: 12.821.657-8



74552068000110

JUL 19  
20 01 10

## Anexo I - Cronograma de Amortização do Valor Nominal Unitário

Nº Parcela	Data de Amortização	Valor da Amortização por Debênture (R\$)	% do Valor Nominal Unitário amortizado
1	22/02/2011	20.833,33	2,083333%
2	22/03/2011	20.833,33	2,083333%
3	22/04/2011	20.833,33	2,083333%
4	22/05/2011	20.833,33	2,083333%
5	22/06/2011	20.833,33	2,083333%
6	22/07/2011	20.833,33	2,083333%
7	22/08/2011	20.833,33	2,083333%
8	22/09/2011	20.833,33	2,083333%
9	22/10/2011	20.833,33	2,083333%
10	22/11/2011	20.833,33	2,083333%
11	22/12/2011	20.833,33	2,083333%
12	22/01/2012	20.833,33	2,083333%
13	22/02/2012	20.833,33	2,083333%
14	22/03/2012	20.833,33	2,083333%
15	22/04/2012	20.833,33	2,083333%
16	22/05/2012	20.833,33	2,083333%
17	22/06/2012	20.833,33	2,083333%
18	22/07/2012	20.833,33	2,083333%
19	22/08/2012	20.833,33	2,083333%
20	22/09/2012	20.833,33	2,083333%
21	22/10/2012	20.833,33	2,083333%
22	22/11/2012	20.833,33	2,083333%
23	22/12/2012	20.833,33	2,083333%
24	22/01/2013	20.833,33	2,083333%
25	22/02/2013	20.833,33	2,083333%
26	22/03/2013	20.833,33	2,083333%
27	22/04/2013	20.833,33	2,083333%
28	22/05/2013	20.833,33	2,083333%
29	22/06/2013	20.833,33	2,083333%
30	22/07/2013	20.833,33	2,083333%

74552068000110

JUL 29  
20 01 10

31	22/08/2013	20.833,33	2,083333%
32	22/09/2013	20.833,33	2,083333%
33	22/10/2013	20.833,33	2,083333%
34	22/11/2013	20.833,33	2,083333%
35	22/12/2013	20.833,33	2,083333%
36	22/01/2014	20.833,33	2,083333%
37	22/02/2014	20.833,33	2,083333%
38	22/03/2014	20.833,33	2,083333%
39	22/04/2014	20.833,33	2,083333%
40	22/05/2014	20.833,33	2,083333%
41	22/06/2014	20.833,33	2,083333%
42	22/07/2014	20.833,33	2,083333%
43	22/08/2014	20.833,33	2,083333%
44	22/09/2014	20.833,33	2,083333%
45	22/10/2014	20.833,33	2,083333%
46	22/11/2014	20.833,33	2,083333%
47	22/12/2014	20.833,33	2,083333%
48	22/01/2015	20.833,49	2,083349%
		1.000.000,00	100,00%